

Língua portuguesa no contexto timorense: uma perspectiva histórica (1512-2002)

The Portuguese language in the Timorese context: a historical perspective (1512-2002)

Regina Brito*
Karin Indart**

RESUMO

Timor-Leste, país de colonização portuguesa situado no Sudeste Asiático, tem trajetória singular no âmbito dos estudos lusófonos, devido às especificidades que a língua portuguesa assumiu ao longo da história timorense. O país foi colônia de Portugal até 1975, quando foi invadido pela Indonésia, numa incursão violenta que se estendeu até 1999, quando o território passou por um período de Administração Transitória das Nações Unidas. Com esse pano de fundo, este artigo, apresenta, fundamentado em fontes teóricas e em depoimentos de personagens da história do país, um percurso que se inicia em 1512 e se estende até 2002, abarcando desde a chegada dos portugueses, passando pelas fases distintas de difusão da língua portuguesa, sua proibição durante o período de dominação indonésia e de seu uso como língua da resistência timorense, até sua consagração constitucional como língua oficial (estatuto que desfruta ao lado da língua nacional, o tétum), que ocorre em 2002, ano que assinala a independência da República Democrática de Timor-Leste.

PALAVRAS-CHAVE: Timor-Leste, História da Língua Portuguesa, Difusão do Português, Português como Língua de Resistência

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023nEspecial.1362>

* regina.brito@mackenzie.br, Universidade Presbiteriana Mackenzie

ORCID - 0000-0002-0634-8572

** jkindart@yahoo.com.br, Universidade Nacional Timor Lorosa'e

ORCID - 0000-0003-3320-3376

ABSTRACT

East Timor, a Portuguese-colonized country in Southeast Asia, occupies a unique position in Lusophone studies because of the peculiarities that the Portuguese language has assumed throughout Timorese history. East Timor was a Portuguese colony until 1975. It was then conquered by Indonesia in a violent invasion that lasted until 1999, when the territory was placed under a United Nations interim administration. In this context, based on theoretical sources and testimonies of personalities from the history of the country, the article presents a journey that begins in 1512 and continues until 2002. In doing so, it presents the different phases of the spread of the Portuguese language, since the arrival of the Portuguese, to the prohibition of the Portuguese language during the Indonesian invasion and domination. Portuguese was used as the language of Timorese resistance until its constitutional recognition as an official language (which it enjoys alongside the national language Tetum) in 2002, when it marked independence and the creation of the Democratic Republic of Timor-Leste.

Keywords: East Timor, history of the Portuguese language, diffusion of Portuguese, Portuguese as a language of resistance.

Para iniciar

Na sequência da expansão marítima portuguesa na costa africana e da travessia do Cabo das Tormentas (1488), abre-se nova rota para a Índia, realizada por Vasco da Gama, em 1498. Em 1510, os portugueses conquistam Goa (Índia) e em 1511, Malaca (Malásia). Timor fazia parte das “Ilhas das Especiarias”, com quem os portugueses comercializavam, tendo sido denominada, pelo geógrafo Francisco Rodrigues, em seus esboços datados de 1512 a 1515, como “A Ilha de Timor onde nasce o sândalo” - ilha de Timor onde nasce o sândalo (DURAND, 2009, p. 52). Essa inscrição num mapa seria a primeira referência dos portugueses acerca de Timor.

Timor-Leste corresponde à porção oriental da ilha de Timor, com uma superfície de cerca de 15.000 Km², incluindo o enclave do Oecusse (que fica no lado ocidental de Timor), a ilha de Ataúro e o ilhéu de Jaco, e com população estimada em 1.185 mil habitantes (Censo 2015), o país

situa-se a 430 Km a noroeste de Darwin, Austrália, no Sudeste Asiático. Do ponto de vista linguístico, o país apresenta uma multiplicidade que engloba línguas das famílias austronésicas e papuas, diversidade que se deve, especialmente, por Timor ter sido parte de variadas rotas. Costa (2001, p. 59) aponta “reconhecer a existência de quinze línguas principais, com referência à sua originalidade linguística e ao número que englobam”: baikenu, bunak, fataluku, galolen, idaté, kairui, kemak, lakalei, makasae, manbae, naueti, raklu’um, tétum, tokodede, uaimaã. Dessas, o tétum – língua oficial ao lado do português – é a língua conhecida como língua de intercâmbio e de coesão nacional. Nesse painel, inclui-se o português, como língua do antigo colonizador, e a bahasa indonésia, língua imposta entre 1975 e 1999, no período de dominação indonésia. Acerca desse período é, ainda, importante registrar que a obrigatoriedade da língua indonésia se somou à proibição da expressão em língua portuguesa e à minimização do uso do tétum e das demais línguas locais.

Este artigo apresenta, fundamentado em fontes teóricas e em depoimentos de personagens da história do país, um percurso que se inicia em 1512 e se estende até 2002, da chegada dos portugueses, passando pelas fases de difusão da língua portuguesa, sua proibição durante o período de invasão e dominação indonésia e de seu uso como língua de luta e resistência, até sua consagração constitucional como língua oficial (ao lado da língua nacional, o tétum), que ocorre em maio de 2002, quando se assinala a independência da República Democrática de Timor-Leste.

1. O período colonial português

O desenvolvimento do português no espaço timorense pode ser entendido por três aspectos: o plano político, o trânsito comercial e o trabalho missionário. O domínio político relaciona-se ao número de portugueses no território ocupado, que era muito reduzido e que interfere numa restrita difusão da língua oficial da colônia.

O trânsito comercial constituiu-se como via de difusão linguística pelo Oriente, tendo se tornado a mais “densa do Oriente e a etnia portuguesa a mais omnipresente pelas costas asiáticas. Não é de admirar que o português se tenha rapidamente tornado, um pouco por toda a parte, a língua veicular do comércio” (THOMAZ, 2002, p.134). Trata-se possivelmente de variedade do português simplificado, não literário, língua oficial da administração portuguesa nas províncias.

Já o trabalho das missões religiosas foi significativa forma de propagação do português em Timor. Thomaz (2002) observa que o cristianismo sempre prezou por ser comunicado na língua local na sua pregação e catequese, apesar de na liturgia católica usar-se exclusivamente o latim durante o período colonial; ainda assim, a língua portuguesa foi essencial para o clero nativo:

Se o contributo da missionação não parece assim vultuoso para a divulgação do português ao nível das massas, foi-o sem dúvida ao nível dos quadros eclesíásticos – pois o clero nativo e os auxiliares laicos dos missionários, como catequistas, foram, desde meados do século XVI, educados em colégios em que o português era o veículo normal do ensino. (THOMAZ, 2002, p. 135)

A relação entre Igreja, educação e língua portuguesa é bastante evidente, pois o português tinha *status* oficial na política linguística nas colônias portuguesas e seu ensino era obrigatório em todo o território, mesmo nas escolas de emigrantes chineses (FELGAS, 1956: 383). Nas escolas católicas em regime de internato o uso das línguas nativas era proibido, mesmo em atividades extracurriculares (RAMOS-HORTA, 1994, p. 53). A Igreja cumpria papel central na execução da política linguística de Portugal, uma vez que em Timor a colonização civil e mesmo militar foi muito menor do que em outros pontos de domínio português. Felgas (1956, p. 385) afirma que aos missionários “deve Portugal a posse da província”. Mesmo em tempos mais recentes da colonização, a Igreja continuou garantindo a Portugal a manutenção da colônia.

Muitas das colônias portuguesas começaram as lutas pela independência depois da Segunda Grande Guerra, mas Timor-Leste continuou pacificamente debaixo do domínio português. O autor aponta que

[...] parece natural que [...] em Timor se aproveite a tranquilidade e boa disposição actuais dos nativos para alargar e consolidar ao máximo a nossa influência espiritual na província, visto que será talvez a ocasião única de trabalhar para fazer Timor uma terra inteiramente cristã e, portanto, mais seguramente portuguesa [...]. A conversão do maior número possível de nativos impõe-se, assim, como necessidade urgente, visto que através da defesa das suas convicções religiosas, eles serão também os defensores da soberania portuguesa. (FELGAS, 1956, p. 385)

Paralelamente a essas vias de transmissão do português, Thomaz (2002 e 2008) estabelece quatro períodos distintos em que a língua portuguesa teve menor ou maior expansão no tempo colonial. Segundo o estudioso, a primeira fase, entre 1512 e 1556, deu-se por objetivos meramente comerciais, principalmente na costa norte, indicando a divulgação da língua portuguesa como língua de comércio.

A fase seguinte (1557 a 1701) ocorreu com as missões religiosas, em especial, dos dominicanos, quando migraram de Malaca (cuja diocese incluía toda a Insulíndia) para Timor, onde permaneceram até o século XIX, tendo papel de destaque como divulgadores da língua portuguesa:

Após a queda de Malaca, tomada pelos holandeses em 1641, passaram os bispos dessa cidade, cuja diocese incluía toda a Insulíndia, a ter residência normal em Timor, até à extinção do bispado no século XIX. Desde 1606 existia em Larantuca, nas Flores, um seminário ou colégio ‘onde aprendem os filhos dos cristãos a ler e contar’ e, em 1738, foi instituído outro em Timor, provavelmente em Manatuto, onde ensinaram os Oratórios de Goa. Pelo menos ao nível de um pequeno escol de letrados nativos estes estabelecimentos foram, sem dúvida, centros de difusão da língua portuguesa, falada e escrita”. (THOMAZ, 2002, p. 136).

Fica evidente que a Coroa portuguesa se fazia representar essencialmente pelos religiosos, a quem competia “a instrução primária (com

o carácter prático que lhe é dado pela legislação em vigor e em regime de internato) dos nativos rurais, rapazes e raparigas” (THOMAZ, 2008, p. 45). Nesse sentido, relata Ramos-Horta (1994) que:

[...] de uma maneira geral, direi sem hesitação que Timor Leste ficou a dever quase tudo, o pouco que teve de riqueza intelectual, espiritual, moral e religiosa aos missionários que se enraizaram naquela ilha bastarda. O Estado pouco fez ao longo dos séculos. Sem o papel da Igreja que ergueu as belas escolas de Soibada, Maliana, Ossu e o seminário de Dare, Timor Leste teria sido muito mais pobre. (p. 55)

A terceira fase teve início com o primeiro governador enviado por Portugal em 1702: Antonio Coelho Guerreiro, capitão geral das ilhas de Timor e Solor com sede em Lifau (no enclave do Oecusse), que “logo procedeu à estruturação político-militar do território. O português foi logicamente a língua administrativa, e a sua difusão deve ter-se então incrementado” (THOMAZ, 2002, p. 137). Em 1769, a sede do governo foi transferida para Díli pelas mãos do governador Teles de Meneses.

Com a criação de escolas públicas verificou-se discreto aumento de timorenses “assimilados” à língua, cultura e religião portuguesa nos arredores de Díli. No entanto, com a extinção das ordens religiosas em 1834 – o que significou o fechamento de seminários, conventos e igrejas -, o uso do português regrediu significativamente, mas “[...] a despeito disso, o português continuava, pelo menos no meio urbano de Díli, a ser de uso corrente, em contraste com o que se passava nas possessões holandesas onde era o malaio que imperava” (THOMAZ, 2002, p.137).

Mais adiante, em 1860, o então governador de Timor, Afonso de Castro, observou que grande parte dos chefes locais da região de Díli falava crioulo e, por isso, acentuou-se a aproximação entre o português e o tétum: “segundo descrito por Raphael das Dores (1907) e outros lexicógrafos, a meados do século XIX, muitas centenas de palavras portuguesas entraram no

Tétum-Praça, a língua-franca de Díli” (GUNN, 2001, p. 18). Esse período será marcado, também, por algum investimento em infraestrutura:

[...] a atribuição do estatuto de cidade a Díli em 1864, a instalação de uma biblioteca em Lahane (1879), a construção do farol de Díli (1881), a instalação da iluminação pública em Díli utilizando petróleo de Laclubar (1884), a abertura das primeiras escolas públicas, a publicação de livros de oração em tétum (1891). (DURAND, 2009, p. 78-9)

O governo de José Celestino da Silva, iniciado em 1894, assinala a última fase do período de colonização, quando houve intensificação da dominação militar e política também no interior de Timor e os “quadros do funcionalismo dilataram-se e neles começaram a penetrar aos poucos os timorenses letrados” (THOMAZ, 2002, p. 138). Foi nessa época que as escolas católicas começaram o seu funcionamento, tendo sido fundado o Colégio de Soibada (1898), que desempenhou um papel fulcral na educação de gerações que viriam a ser líderes locais: “[...] Pelas suas salas passaram [...] centos de rapazes, que são hoje a elite cultural de Timor. Ainda há poucos anos, quando em Timor se topava com alguém de algumas letras, podia sem receio de errar afirmar-se que se tratava de um antigo aluno do colégio de Soibada” (THOMAZ, 2008, p. 45).

Todo o trabalho no plano educativo colonial ocorria em português, sendo “o único veículo de instrução escolar, e as matérias leccionadas eram sempre lusocêntricas, ignorando por completo a cultura e a história timorense” (HULL, 2003, p. 37). Na mesma perspectiva, Matan Ruak (2001, p. 40) comenta que somente em 1915 o governo de Portugal abriu a primeira escola oficial no país e “durante mais de 50 anos, talvez com certo arrependimento, tentou equilibrar o esforço feito pelos missionários, expandindo a língua portuguesa através da abertura de mais escolas, empregando até para o efeito soldados portugueses em serviço nesta meia ilha”. A respeito dessa morosidade do governo português em promover algum desenvolvimento em Timor, Ramos-Horta (1994) pontua:

Timor Leste sempre foi uma colónia bastarda, a mais remota, rebelde e negligenciada. Era a ante-câmara do inferno. O período que medeia entre 1945 e 1965 não registou qualquer avanço digno de menção no desenvolvimento da colónia [...] apenas um liceu em todo o território e até 1970 meia dúzia de timorenses tinha conseguido chegar a uma Universidade da Mãe Pátria. (p. 72)

É preciso registrar, contudo, a ação do governador Filomeno da Câmara (1910-1917) “no sentido de ministrar na língua materna das crianças o ensino elementar – para cujo efeito se chegaram a imprimir livros escolares em tétum” (THOMAZ, 2002, p. 138), iniciativa que foi logo descontinuada e o ensino prosseguiu somente em português até 1975.

Em 1952, dos 39 estabelecimentos de ensino primário, “2 eram oficiais, 33 missionários, 3 militares e 1 particular; dos 3 estabelecimentos de ensino secundário, 1 era oficial (o Liceu de Díli) e 2 particulares.” E como ainda eram as escolas católicas as que mais colaboravam com a criação de novas instituições, “o Estado toma a seu cargo as [construções] dos estabelecimentos oficiais e paga as despesas que as Missões fazem com as escolas que levantam” (FELGAS, 1956, p. 383). Esse período ainda terá, devido à insuficiência de professores, a atuação de militares no ensino regular, desempenhando funções docentes, tanto no Liceu de Díli, quanto nas escolas do interior:

A gravidade da situação do ensino é que desde que os militares ou outros estivessem munidos do “canudo” de qualquer curso superior ou médio, e muitos desses cursos não tinham uma relação intrínseca com o ensino, na sua vertente pedagógica, estariam, ipso facto, credenciados, habilitados e aptos para ensinar no Liceu. (PIRES, 2001, p. 139)

A eles foi dada a seguinte instrução no Manual Militar para Oficiais em serviço nas colónias portuguesas: “Na convivência futura, o soldado tem por dever, progressivamente, ir substituindo o tétum por português” (Fernandes in TAYLOR-LEECH, 2007:123). Esta instrução confirma o estatuto oficial da língua portuguesa, mas também mostra a intenção de torná-la língua efetiva em Timor ao longo das gerações que viriam a ter acesso à educação.

Após a Segunda Grande Guerra, Portugal começou a ser duramente criticado por suas práticas colonialistas e “Salazar sentia-se verdadeiramente ameaçado, pois a ONU, a 14 de dezembro [1960], havia incluído Timor-Leste na lista dos territórios a descolonizar”. “Em contrapartida, entre 1960 e 1974, Portugal desenvolveu alguns esforços para melhorar a situação em Timor” (DURAND, 2009, p. 113). Assim, em princípios dos anos 70 chega a Timor um novo governador – Fernando Alves Aldeia, que se lançou:

[...] numa campanha de desenvolvimento de infraestruturas rudimentares no interior, canalização de água para as povoações mais remotas, construção de centenas de escolas e postos sanitários em todo o território. O ensino conheceu com Alves Almeida o maior arranque de sempre. No entanto, tal tarefa não teria sido possível sem a presença do então chefe dos serviços de Educação, o dr. Félix Correia, o mais competente de todos os funcionários superiores que alguma vez pisaram em Timor Leste. Por razão que nunca cheguei a apurar, após um período de namoro entre os dois homens que pareciam formar um perfeito *team* na campanha de escolarização em massa, surgiram desentendimentos. Mas isso não afetou o ensino. Pela primeira vez, num só ano, mais de uma dúzia e meia de timorenses beneficiaram de bolsas de estudo médio e superior em Portugal. (RAMOS-HORTA, 1994, p. 73)

Para essa campanha de desenvolvimento, o governador contou com mudanças de orçamento: “a partir de 1972 os portugueses aumentaram consideravelmente os financiamentos ao território. Os seus investimentos passaram de 1,2 milhões de escudos em 1972, a 5,1 em 1973” (DURAND, 2009, p. 114).

A situação escolar primária de Timor na década de 70 assim se desenhava: “em 1970-1971 frequentaram a escola 28 por cento das crianças em idade escolar; em 1972-1973 a percentagem ascendia a 51 por cento para atingir em 1973-1974 as 77 por cento” (THOMAZ (2002, p. 139). Em outra obra, o autor testemunha:

Se os Serviços Provinciais de Educação e as Comissões Municipais (que esgotam nessa actividade a quase totalidade dos magros orçamentos) mantêm umas 200 escolas, a diocese mantém 42, com mais de 11000 alunos, e o Exército 90, com uns nove mil e tal – estas quase todas nas áreas mais remotas e de mais difícil acesso. Há ainda, sobretudo para os lados da fronteira “escolas de suco”, construídas pelos *liurais* (régulos ou chefes de suco) e mantidas pelo povo, em que aprendem as primeiras letras umas 5000 crianças. (THOMAZ, 2008, p. 46-47)

Apesar do esforço empreendido, em 1974 a “maioria da população ainda era analfabeta” por conta de ser muito menor a taxa de escolarização nos anos anteriores (MAGALHÃES, 1999, p.114), por não haver programas de alfabetização de adultos e, ainda, pela escassez de veículos de comunicação e de promoção da língua, como comenta Ximenes Belo (2008):

Até 1975, data da invasão pela Indonésia do território de Timor, apenas 20% dos Timorenses falavam correta e coerentemente o Português. Como se explica esta situação? Vários factores: a distância (20 mil quilómetros da Metrópole); reduzido orçamento destinado ao ensino e instrução; reduzido número de professores; a falta de interesse da maioria das famílias (agricultores); só dois semanários (*A Voz de Timor* e *A Província de Timor*), um quinzenário, a *Seara* (propriedade da Diocese de Díli); apenas 2 emissoras. A existência de 21 línguas ou dialectos, o que permite aos falantes usarem o Português só no âmbito da escola ou nos actos oficiais.

Com a Revolução de 25 de abril de 1974, que pôs fim ao Estado Novo em Portugal, planejou-se um novo futuro de autodeterminação para Timor, num curto período da história timorense (1974-1975) chamado de “descolonização”. Nesse momento, foram criados partidos políticos timorenses que almejavam a autodeterminação política por meios democráticos:

[...] a Administração Portuguesa deu início a um processo de descolonização, nomeadamente na área do ensino e da administração regional e local. No que se refere a primeira, em janeiro de 1975 foi criado o Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor,

composto por timorenses e portugueses ‘metropolitanos’ que, ao fim de três meses, apresentou um projecto para o ensino de transição que o Governo aprovou depois de obtido o acordo dos três principais partidos timorenses. (MAGALHÃES, 2001, p. 28-29)

É importante mencionar que no documento elaborado pelo referido Grupo Coordenador, apesar de bastante detalhado nas críticas às características coloniais do ensino em Timor-Leste, nunca questionou a língua portuguesa como língua de instrução ou como língua oficial após a autodeterminação. Além disso, a única menção dirigida às línguas locais seria a possibilidade de as crianças serem pré-alfabetizadas na pré-escola em língua materna para, depois, serem alfabetizadas em português no primeiro ano de ensino primário. Tal sugestão, feita por professores timorenses, foi desencorajada pelo grupo por se tratarem de muitas línguas diferentes e o programa se tornar impraticável por essa razão (Fundação Mário Soares: 2003, p.14). Magalhães (1999), um dos membros desse grupo coordenador, relata que:

[...] na manhã do dia 11 de agosto, iria começar um curso de reciclagem de professores dos ensinos primário e secundário, que era um passo importante no processo de descolonização do ensino. Este, que até 1974 era de cariz tipicamente colonial, quer nos programas, quer nos métodos, iria ser adaptado às necessidades e à história e cultura dos povos de Timor. (p. 115)

O Programa, contudo, nunca chegou a realizar-se por causa do golpe armado do partido UDT exatamente no dia 11 de agosto de 1975. Outro plano que nunca foi concretizado foi o de escolarização total das crianças em idade escolar até 1980 (THOMAZ, 2008: 46). Ainda que fosse atingido este último alvo, havia outros fatores que precisavam de atenção, pois a educação não é só “um problema quantitativo”. O mais grave de todos era a carência de professores qualificados para o ensino de todas as 57 mil crianças que entravam na escola em 1973-1974. Dos cerca de 1000 professores,

[...] uma vintena são professores primários, oficiais, diplomados pelas escolas de magistério da Metrópole; uns 70 são ‘professores de posto’, com quarta classe e mais um curso de quatro anos tirado em Díli na Escola Canto Resende; os outros 900 são monitores, cujas habilitações são, em regra, a quarta classe. (MAGALHÃES, 1999, p. 47)

A fim de procurar minimizar esta situação, os Serviços Provinciais de Educação organizaram cursos de férias intensivos para os monitores escolares, tendo também aumentado o vencimento dos participantes dessas atividades a cada aprovação de nível (MAGALHÃES, 1999, p. 47).

Mesmo sem a conclusão desse planejamento, o empenho dos últimos anos de colonização e descolonização se fizeram sentir com alguma difusão da língua portuguesa. Com o aumento de crianças na escola em todas as regiões, inclusive nas remotas, 77% das crianças foram alfabetizadas em português, um privilégio de poucos filhos de régulos nos outros períodos da colonização. Aos membros da elite era estendido o acesso ao nível secundário de ensino e aos que melhor se destacavam também eram concedidas bolsas de estudo em universidades portuguesas (MAGALHÃES, 1999, p. 51). Essa elite desfrutava de um domínio literário do português muito superior ao dos alunos de tempos anteriores, possibilitando a utilização da língua portuguesa escrita como instrumento político, porque o “desenvolvimento da instrução favoreceu a expressão do nacionalismo timorense, nomeadamente através de artigos escritos por jovens timorenses no semanário da Diocese de Díli” (MAGALHÃES, 1999, p.114). Gunn, ao tratar dos simbolismos do nacionalismo da FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), reitera o valor das línguas por ela escolhida como veículo de promoção política:

[...] Também pela primeira vez o Tétum surgiu como uma língua franca indígena, *primus inter pares*, ao mesmo título que o português, a língua da modernidade. Por exemplo, o jornal da Fretilin era impresso em português e, e pela primeira vez, em Timor, fora dos circuitos restritos da igreja, em Tétum romanizado. (GUNN, 2001, p. 22)

Tal empreendimento de imprensa em língua portuguesa não era possível até a década de 70, por não haver timorenses letrados em número suficiente para consumir essas publicações e mesmo os funcionários ou emigrantes portugueses eram em tão pouco número que não se justificava tal esforço. Houve, ainda, algumas tentativas de se estabelecer uma imprensa em língua portuguesa em Timor, a princípio de cunho religioso com a *Revista Seara*, posteriormente entre os militares com *A Província de Timor* e só mais tarde *A Voz de Timor* de teor político militante (PIRES, 2001:142-143).

Sobre o grau de domínio da língua portuguesa no final do período de colonização Thomaz afirma:

Se aos alfabetizados que falam, lêem e escrevem o português juntarmos os analfabetos que melhor ou pior o falam, obteremos, quando muito, uma porcentagem de 15 a 20 por cento da população total. Essa situação não é tão estranha como à primeira vista pode parecer, dado que a maior parte da população não sai quase jamais do seu *habitat* rural, onde o conhecimento da língua local, sobretudo se junto ao do tétum, parece suficiente.” (THOMAZ: 2002, p. 140)

Além disso, o problema da difusão da língua portuguesa literária padrão tinha também o agravante, mesmo para as crianças que estavam nas escolas, de que alguns monitores que lecionavam no interior só sabiam usar o verbo no infinitivo (THOMAZ: 2002, p. 47), o que demonstra o pouco domínio do português que os próprios professores apresentavam. O domínio do português era, via de regra, muito maior na língua escrita, funcionando:

[...] em todo o território como língua de administração e de cultura (tomando este último termo no seu sentido mais restrito, isto é, para denotar as formas de saber colectivo veiculadas sobretudo por transmissão escrita). O português é, aliás, a única língua normalmente escrita [...] Mesmo na correspondência particular, os timorenses preferem em regra escrever – ou ditar a quem o saiba fazer – cartas em português a utilizar o idioma local ou mesmo o tétum, cuja notação lhes parece embaraçosa à falta de uma convenção ortográfica arraigada no uso.” (THOMAZ: 2002, p. 142-3)

Já como língua veicular oral, o português “nunca chegou, pois, a tornar-se em Timor a língua normal de comunicação oral, nem mesmo como língua de contacto entre etnias de diferentes falas: tal função continuou a ser desempenhada até aos nossos dias pela língua veicular tradicional, o tétum” (THOMAZ, 2002, p 140).

Carvalho (2001, p. 68) reitera que o português era falado por uma “minoría de assimilados, como língua da escola, da administração, imposta na fase de colonização, mas, sobretudo, pelos cristãos, como língua da religião”. Nessa direção, Ruak (2001, p. 40) comenta que, “como era de esperar, não obstante esse tardio esforço, até 1975, apenas 5% da população se podia exprimir em português e talvez menos de metade se comunicava na mesma língua, oscilando esta apenas da elite administrativa para o clero católico.”

Durante o longo período sob domínio de Portugal, a língua da metrópole não influenciou apenas o *status* das línguas locais ocupando o espaço de única língua oficial, mas também o *corpus* das mesmas, modificando suas estruturas e emprestando-lhes vocabulário: “como resultado da campanha de difusão da língua portuguesa durante a segunda metade do século XIX, o tétum e os outros vernáculos ficaram impregnados de expressões, vocábulos e estruturas sintáticas portuguesas” (HULL, 2003, p. 36). A maior influência, contudo, será observada no desenvolvimento do tétum praça, pois, “o uso paralelo do português e do tétum praticamente pelos mesmos falantes, como dois níveis diferentes de linguagem, facilitou a contaminação do tétum não só pelo vocabulário como também pelos padrões da sintaxe e estrutura frásica do português” (THOMAZ, 2002, p. 104).

Houve também em Timor um crioulo de português influenciado pelas línguas locais, em especial o tétum, denominado “português de Bidau”, região de Díli habitada por famílias dos soldados e oficiais que falavam português como língua própria (GUNN, 2001). Hoje, quase nada se sabe a respeito das características dessa variedade de português, totalmente suplantado pelo tétum praça, antes de ter sido estudado ou registado (THOMAZ, 2002).

2. Período da Ocupação Indonésia

Sob o domínio da Indonésia, período iniciado com a invasão conhecida como “Operação Lotus”, ocorrida em 7 de dezembro de 1975, Timor-Leste sofreu forte repressão e violência, assinalado por intensa ação militar e policial, buscando a “destimorização” da população. Esse momento foi marcado pela adoção da Pancasila¹ e de rígidas diretrizes em todos os âmbitos (político, administrativo, econômico, social, educacional, ideológico), bem como pela proibição do português, pela minimização do tétum e pela imposição da educação em língua indonésia.

Essa fase de ocupação, que se prolonga 1999, terá, na língua portuguesa importante instrumento: tanto a interdição do seu ensino e uso pela Indonésia, quanto a sua utilização pela resistência timorense mostram o papel essencial que esta ocupou na luta pela independência. Para compreender esse quadro, descreve-se a seguir esta função a partir das mudanças políticas ocorridas em Timor-Leste desde o curto tempo denominado de descolonização.

No período de descolonização, formou-se um grupo de jovens timorenses letrados e politizados que criaram partidos políticos timorenses, como aponta Durand (2010):

Localmente, com os rumores de luta nas colônias africanas lusófonas a partir de 1961, uma consciência nacional começou igualmente a afirmar-se no seio da minoria alfabetizada do território. A partir de 1970, vários jovens intelectuais timorenses, a maior parte formados no seminário de Dare, como Francisco Xavier do Amaral, Abílio Araújo, João e Mário Carrascalão,

1 “Pancasila é a base filosófica que rege o sistema de valores adotados pelo governo indonésio após a sua independência em 1945. Esses valores orientam tanto a ação do Estado como a vida pública e privada dos cidadãos, que implicam: crença em um único Deus, justiça civilizadora entre os povos; unidade nacional; democracia guiada pela deliberação e consenso entre representantes; justiça social universal” (BOARCCAACH, 2013, p. 13). Os cinco preceitos ideológicos do nacionalismo indonésio tinham de ser decorados por todos os alunos. Eram recitados semanalmente numa parada no pátio de todas as escolas (MATTOSE, 2005, p. 104).

Nicolau Lobato, José Ramos-Horta ou Xanana Gusmão, lançaram-se numa crítica ao regime colonial. A sua audiência reforçou-se com o derrube da ditadura em Lisboa e o fim da censura, em Abril de 1974. (p.64)

Apesar de anticolonialistas, estes jovens e seus partidos políticos não colocaram em questão a língua portuguesa trazida e oficializada pelo colonizador; no entanto, outras questões da educação foram discutidas e combatidas, como relata Mattoso (2005):

Escreveram e difundiram um texto contra o ensino colonial português, censurando os professores da disciplina de Geografia, que nada dizia sobre Timor, mas obrigavam a decorar os nomes de rios, montes e cidades de Portugal, e da disciplina de História, baseada nos nomes e cognomes de reis que nada sabiam de terra tão longínqua. (p. 47)

Esses jovens com ambições políticas formaram os três principais partidos políticos da época:

[...] a UDT (União Democrática Timorense), a ASDT (Associação Social Democrata Timorense), que se transformaria mais tarde na Fretilin (Frente Revolucionária da Timor-Leste Independente) e a Apodeti (Associação Popular Democrática de Timor). Os dois primeiros perfilhavam a independência, embora a UDT previsse um período de transição mais longo. A adesão à ASDT, em junho de 1974, da viúva do *liurai* e chefe de guerra de Manufahi, D. Boaventura, trouxe uma áurea especial a esse partido. A Apodeti, que todos os observadores consideraram muito minoritária, declaravam-se, por seu lado, favorável à integração na Indonésia. (DURAND, 2009, p.116)

Os três partidos tinham em seus manifestos a língua portuguesa como oficial, mesmo a Apodeti que defendia a integração com a Indonésia “defendia a língua e a civilização portuguesas” (MAGALHÃES, 2007, p. 233).

A Indonésia já tinha intenções de ocupar o Timor Português e não recebeu favoravelmente a notícia da coligação entre UDT e FRETILIN, passando a empreender “várias manobras” para desestabilizar o processo de

descolonização e de autodeterminação. Desse modo, convenceram os líderes da UDT a por fim à coligação em maio de 1975 e, em agosto, esse partido realizou um golpe armado. Magalhães (2001) que estava em Timor para auxiliar no processo de “descolonização” da educação comenta:

Não é por acaso que, na noite de 10 para 11 de agosto, alguns dirigentes da UDT fazem um golpe armado. Tomam de assalto a rádio, o aeroporto e outras instalações públicas e fazem exigências ao Governador relativas à prisão de dirigentes da Fretilin e a expulsão de cidadãos portugueses. Em Jacarta e Bali têm-los-ão convencido de que essa era a única maneira de chegar à independência. Na prática era a melhor maneira de impedir a descolonização e de criar o caos que, mais tarde, o Governo da Indonésia usaria como justificação para a invasão. (p.29)

O Golpe armado da UDT foi seguido da reação também armada da FRETILIN, resultando em breve guerra civil até que, em setembro, a FRETILIN “tomou o controlo da maior parte do território” e “10 mil pessoas, em torno dos líderes da UDT, se refugiaram em Timor Ocidental”. Em novembro de 1975 a FRETILIN proclamou unilateralmente a independência, mas, a 7 de dezembro do mesmo ano, a Indonésia ocupou o Timor Português. Como a situação política em Portugal também estava incerta, nada de significativo fez para impedir a invasão do território.

A Indonésia anexou aos seus domínios o Timor Oriental, considerando-o como sua 27ª província e assim o território permaneceu sob seu jugo por 24 anos. Neste período, as políticas do Estado mudaram e com elas mudaram as políticas educacionais para contribuir com o afastamento da identidade portuguesa e com a criação de uma nova identidade indonésia, num processo de “destimorização”.

Gomes (2001) afirma que as políticas educacionais indonésias tinham o objetivo de cooptação da geração jovem:

Após a invasão, a Indonésia revela dificuldades em fazer aceitar o seu domínio. Esse insucesso, inclusive no plano militar, leva a Indonésia a, aparentemente, sacrificar a geração de timorenses que tinham

conhecido a colonização portuguesa e assistido à invasão indonésia, e a apostar na ‘cooptação’ das gerações seguintes. A Indonésia investe no desenvolvimento (estradas e outras infraestruturas físicas) e na educação, incluindo universitária, dos timorenses. São alguns milhares os timorenses que frequentam a universidade, em Díli e na Indonésia, o que exhibe como prova do carácter benigno do seu colonialismo comparado com o português que apenas tinha conseguido formar um ou outro timorense.” (p. 18)

A maior mudança no sistema educativo foi a substituição obrigatória da língua oficial e instrucional da língua portuguesa pela língua indonésia (*bahasa* indonésia ou língua malaia), com a adoção de uma política linguística de total exclusão do português, de marginalização das línguas locais, de minimização do uso do tétum e da imediata assimilação do indonésio, como lembra Hull (2001, p. 81): “[...]os indonésios esforçaram-se por impor a sua língua à população. O Português tinha sido proibido e o Tétum e outras línguas vernáculas foram marginalizadas e excluídas do sistema educativo”. Na mesma perspectiva, comenta Matan Ruak (2001):

[...] aos que ficaram no país, particularmente sob o controle administrativo do ocupante, foram-lhes retirados progressiva e inteligentemente a possibilidade de continuarem a falar português, com pesadas imposições, nomeadamente, a proibição do uso da língua portuguesa, introdução e projecção da língua malaia, restrições e limitações do ensino do português, reservando-a apenas no ensino do Externato São José e no Seminário em Balide, para mais tarde o abolir totalmente.” (p. 41)

A perseguição que se deu aos falantes de língua portuguesa e às instituições de ensino que a promoviam aconteceu desde os primeiros dias da ocupação. No dia 13 de dezembro de 1975, o seminário de Dare, responsável por educar quase todos os jovens independentistas timorenses, foi bombardeado. Apesar de todos que lá estavam terem sobrevivido, muitos livros e documentos em português foram destruídos:

[...] os livros da Biblioteca contígua é que não escaparam ao poder dos morteiros. Vimos muitos livros verdadeiramente ‘serrados’ pelos

estilhaços. As chuvas da época foram tão destruidoras como os morteiros de 120mm. O barro das paredes misturado com a chuva transformou os livros nuns ‘tijolos’. Pois destes destroços os Seminaristas de então conseguiram salvar milhares de livros. Entretanto, os oficiais que nos visitavam e observavam aqueles livros de novo ordenados, em estantes noutra lugar, e vendo que eram em português, pediam para nós os queimarmos! (FELGUEIRAS, 2001, p. 47)

Felgueiras (2001, p. 48) ainda refere que “os primeiros 10 anos de guerra foram, muitas vezes de risco para quem tivesse livros ou fizesse uso da Língua Portuguesa. Nesses primeiros anos, os livros eram escondidos, enterrados, à espera de melhores tempos.” Entretanto, apesar da intensa política de extermínio da língua portuguesa por parte da Indonésia, a língua foi mantida viva em Timor-Leste, pelo menos por parte dos timorenses que a dominavam, pois “a Língua Portuguesa estava tão arraigada já de séculos em Timor, que a destruição resultante da invasão fez despertar no Povo a sabedoria para a transformar numa arma eficiente de defesa e de resistência”.

Como resistência à política indonésia de marginalização das línguas e da identidade locais, os timorenses também desenvolveram o tétum, posto que, “[...] depois da invasão, o Tétum espalhou-se por quase todo o território e ocupou o lugar do Português como língua da religião”. A tradução de textos sagrados acabou por “beneficiar o estatuto do Tétum-Díli” o que “resultou numa variedade literária daquela língua criouliada, reconhecida por ampla maioria como língua veicular, oral e escrita” (CARVALHO, 2001, p. 69). A isso, Mattoso (2005) acrescenta que:

A igreja protegia os perseguidos, defendia a sua dignidade e atribuía à sua língua o estatuto de língua sagrada. Os soldados e polícias, professores e funcionários, comerciantes e empreiteiros podiam exigir-lhes que escrevessem, estudassem e assinassem documentos em malaio, mas ninguém podia obrigá-los a rezar na língua dos opressores. Ninguém podia obrigar as mães a falarem com seus filhos na língua em que tinham de papaguear os preceitos da *pancasila*. (p. 104)

A luta pela manutenção da língua portuguesa teve vários colaboradores, dentre eles o Seminário de Dare e o Externato São José, que pertenciam à diocese e faziam parte do que denominavam de resistência cultural. Sobre essa relevância do Externato, Felgueiras (2001) afirma: “O génio da Língua Portuguesa, que já estava na medula da identidade cultural de Timor, conseguiu cultivar o ensino desta língua, mesmo nos piores tempos das perseguições da ‘Intel’ indonésia. Assim, é de admirar que só depois do Massacre de Santa Cruz (12 de novembro 1991) se atirassem definitivamente contra o ‘Externato São José’” (p. 46-47).

Havia também indivíduos que tinham coragem de manter a língua portuguesa em público, como claro sinal de protesto. Hull (2001) relata uma ocasião em que testemunhou tal feito:

Recordo uma experiência linguística interessante durante essa visita. A UNTIM convidou-nos para um jantar num restaurante e um colega javanês (claramente enviado para espiar) acompanhou-nos. Fiquei surpreendido e deliciado ao ver que um dos representantes da UNTIM, o Sr. Armindo Maia (hoje Ministro de Educação e Cultura), tinha a coragem de me falar em Português, enquanto outro colega timorense respondia intencionalmente em Inglês às questões que eu lhe colocava em Português. Como eu não falava fluentemente Indonésio, o ‘chaperon’ javanês deve ter-se sentido bastante frustrado já que a língua oficial ‘da 27ª província’ tinha sido excluída da conversa. Este é um dos muitos exemplos da determinação dos timorenses em levar a melhor sobre a ocupação através da resistência cultural (como advogado por Xanana Gusmão), quando a resistência armada não fosse possível. (p. 83)

A descrição a seguir, ilustra como o povo timorense, de forma geral, e a guerrilha, especificamente, recorreram à língua portuguesa como instrumento de luta:

O regime de Jacarta proibiu o ensino de português em Timor. Fechou a escola de S. José, em Díli. Não obstante estas limitações, o povo continuava a cantar em português, não se coibia de, publicamente, rezar em português, desafiando assim o bahasa indonésio – língua indonésia – que relegavam para a sua função exclusivamente administrativa. A

resistência adoptava o português como língua de resistência. Por isso, os escritos do Xanana Gusmão que eram divulgados e circulavam, clandestinamente, entre o povo e os guerrilheiros eram em português, escritos esses que constituíam autênticos trechos de rara elegância literária. (PIRES, 2001, p. 143)

No tocante à relação entre resistência armada e língua portuguesa, Matan Ruak (2001) relata:

Quando nos debruçamos sobre as relações entre língua portuguesa e Frente Armada, em particular, veremos que quatro factores estiveram na base da manutenção dessa língua: primeiro, a presença da classe dirigente lusófona; segundo por ser a única língua ortograficamente desenvolvida; terceiro, porque era a nossa língua oficial definida desde sempre; por último, porque era uma das armas para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural. (p. 41)

A guerrilha teve um papel fulcral na propagação da língua portuguesa nos primeiros anos de resistência. Embora o programa de alfabetização da FRETILIN tenha sido feito em tétum enquanto estavam em campanha em 1974, logo que a língua portuguesa foi escolhida como oficial pelo partido, a alfabetização passou a ser feita em português (DURAND, 2010). Mesmo sob intensa pressão física e emocional e quase nenhum recurso material, a resistência mantinha o programa educacional para os guerrilheiros e para suas famílias no mato: “Embora lutássemos com dificuldades de toda a ordem, utilizámos todos os recursos disponíveis para não só preservar a língua, mas, essencialmente, expandi-la aos menores e analfabetos, através de aprendizagem, até utilizando para isso carvão e casca de certas plantas para servir de papel. (RUAK, 2001: p. 41)

Em depoimento a Mattoso (2005), Vaz relata sua própria experiência de envolvimento com aprendizado no mato:

Na alfabetização, utilizava-se a metodologia de Paulo Freire. O material utilizado era as grandes folhas de árvores e servíamos de esteiras para quadros e de carvão para giz. Para escrever

nas folhas, utilizávamos as agulhas de sisal. O desenvolvimento da cultura tradicional, traduzida em português (inspirou textos) que infelizmente caíram nas mãos do inimigo na altura da nossa captura. O ensino era todo em português e traduzido para o tétum. Muitos elementos das FALINTL da companhia ‘Lokomeu’, a que eu pertencia, conseguiram aprender a ler e escrever, porque aproveitaram todo o tempo livre depois da instrução militar (como preparação para a guerrilha). (p. 66)

Esse programa educacional desenvolvido pela Fretilin ainda no período da descolonização persistiu durante todo o tempo em que o partido tinha o controle total ou parcial da população.

Outra forma utilizada pela frente armada para a manutenção da língua portuguesa eram as correspondências e documentos oficiais redigidos pelas organizações internas criadas por ela (MATTOSO, 2005: 297). O Arquivo & Museu da Resistência de Timor-Leste recolheu muitos dos documentos e cartas de guerrilheiros, em sua maioria redigidos em português, principalmente os documentos centrais da resistência timorense. (Fundação Mário Soares, s.d., p. 31). Ruak (2001) conta que “nos tempos da guerra de posição, de 1975 a 1979, a língua oficialmente utilizada pela Resistência era o português, falado e escrito em qualquer tipo de comunicação, desde o topo até a base” (p. 41). Além das comunicações e orientações de Xanana à guerrilha sempre em português, mesmo da prisão na Indonésia, Mattoso expõe dois outros exemplos típicos do esforço da liderança da resistência para manter o português vivo pelo menos entre os poucos falantes que sobreviveram entre eles. Sobre Sabalae ele diz:

Apesar de não ter mais do que a quarta classe e de só ir para Díli em 1990, revela uma inteligência invulgar. As suas longas cartas, cheias de informações precisas, num português quase impecável, muitas vezes combatidas ou mesmo polémicas, constituem documentos de enorme valor acerca das actividades da Frente Clandestina entre 1991 e 1995. (MATTOSO, 2005, p. 203)

Sobre Konis Santana, Mattoso (2005, p. 295) registra que foram encontradas muitas cartas por ele redigidas, nas quais “se expandem os sentimentos e emoção, como se a própria situação dramática em que os combatentes se encontravam inspirasse uma verdadeira literatura, ingênua e pobre de recursos, alheia a toda a espécie de modelos, mas por isso mesmo profundamente sincera e comovente”.

A comunicação em português destes líderes com os jovens do movimento de resistência estudantil, e com o povo em geral, tornou-se progressivamente mais difícil e por isso muitas vezes teve de ser feita em tétum, mas jamais em língua indonésia. Outro meio para a manutenção da língua portuguesa utilizado pelos combatentes que viviam isolados no mato e nas montanhas era o rádio, instrumento útil para garantir o contato com o mundo exterior ou mesmo ouvir notícias e opiniões estrangeiras sobre os problemas em Timor.

Outra frente de luta pela independência muito importante, especialmente no final do período da ocupação, foi a diplomática. Alguns representantes da Fretilin foram enviados para o exterior dias antes da invasão de 7 de dezembro de 1975 em busca de apoio de outras nações para que a proclamação da Independência de 28 de novembro de 1975 fosse respeitada. Os mais importantes foram Mari Alkatiri para Moçambique, Roque Rodrigues para Angola, Abílio de Araújo e sua esposa Guilhermina Araújo para Portugal e José Ramos-Horta para os Estados Unidos em busca de apoio na ONU (MAGALHÃES, 2007, p. 501-502). Também nessa base de resistência diplomática, a língua portuguesa foi fundamental, uma vez que seus representantes foram enviados a países lusófonos, com exceção de Ramos-Horta.

Nos países lusófonos, principalmente nos países africanos, desde a formação dos partidos timorenses, percebia-se a grande influência ideológica em membros da Fretilin:

A partir da Revolução de Abril de 1974, o sucesso dos movimentos de libertação das colónias africanas portuguesas tornou-se um exemplo e

um forte estímulo para os jovens timorenses que estavam a estudar em Lisboa. Os seus contactos com estudantes de outras colónias já tinham começado antes da revolução, mas a partir daí adquiriram uma nova dimensão. [...] a liderança da Frelimo convidou uma delegação da Fretilin, chefiada pelo seu Vice-Presidente Nicolau Lobato, para as cerimónias da independência de Moçambique. Isso teve uma forte influência sobre Nicolau Lobato e sobre o comportamento da Fretilin a partir daí. (MAGALHÃES, 2007, p. 501)

Também foram os países lusófonos que reconheceram imediatamente a legitimidade da República Democrática de Timor-Leste e receberam membros de seu curto governo oficialmente, como Roque Rodrigues, que foi recebido em Angola como embaixador da RDTL. Além disso, “Moçambique foi o país que mais deu apoio à Fretilin e tornou-se, em certa medida, a base central da Resistência timorense no estrangeiro” (MAGALHÃES, 2007, p. 502). Foram ainda esses países que mais lutaram pelo reconhecimento do direito à autodeterminação de Timor-Leste nas Nações Unidas:

Nas Nações Unidas, o papel dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), recentemente independentes, desempenharam um papel crucial. Embora fosse Portugal a potência administrante, foram sobretudo os PALOP que, durante muitos anos, em ligação a alguns países mais, levantaram o problema de Timor-Leste e introduziram propostas de resoluções condenatórias da invasão indonésia e que apelavam à retirada das forças ocupantes e ao respeito pelo direito à autodeterminação dos timorenses. O Brasil também tomou parte numa ou outra destas iniciativas. (MAGALHÃES, 2007, p. 502)

Gunn (2001) pondera que:

A ‘comunidade imaginária’ constituída pela elite da Fretilin compartilhou, no entanto, a sua visão de um futuro de Timor-Leste independente e de algum modo, acertando o passo com os conflitos dos seus irmãos e irmãs em Moçambique e Angola, cujo apoio era recíproco. Hoje, o horizonte de solidariedade com Timor-Leste envolve todos os países lusófonos,

incluindo Macau e o distante Brasil. É notável que a elite da Fretilin não se tenha sentido atraída pelos modelos asiáticos, apesar da propaganda indonésia relacionando a Fretilin com a China. De todo o modo, a elite da Fretilin não era constituída por falantes de outras línguas asiáticas, nem, sobretudo, algum país asiático terá alguma vez sido solidário com a sua causa. (p. 22)

A uma revista brasileira, Ramos-Horta, em 1997, enfatizou a importância da língua portuguesa como um símbolo da resistência e da identidade nacional e justificou o pedido de maior apoio à luta pela autodeterminação de Timor-Leste com o facto de existir “imensa identidade de língua, cultura e história entre os dois povos” (RAMOS-HORTA, 1997, p. 76). É, pois, notável a utilização da língua portuguesa e da identidade lusófona como arma de luta diplomática. Sobre a relação entre a língua, identidade e dirigentes políticos Thomaz (2002) afirma:

Mas o português tem, tal como o tétum, além desta, outra função: uma função integradora na sociedade timorense ao nível pelo menos das camadas dirigentes, dos letrados que ocupam na pirâmide social uma posição cimeira. Como notámos já, um dos factores de unidade é, em Timor, a difusão de uma cultura luso-timorense, fruto de uma aculturação paulatina ao longo de quatro séculos e meio de contacto. Através dessa cultura mestiçada (de que o catolicismo e a língua portuguesa são talvez os dois elementos-chave) a população timorense em geral e a sua classe dirigente em especial integraram-se num universo cultural mais amplo, o da civilização lusófona.” (p.143)

O papel de Portugal na luta pela independência foi em alguns momentos quase nulo e em outros extremamente crucial. Nos meses anteriores à invasão indonésia foi completamente passivo e em alguns momentos parecia-lhe até conveniente a ocupação (DURAND, 2010, p. 68-72). Em grande parte, a indiferença portuguesa aos acontecimentos de Timor deveu-se aos problemas políticos enfrentados em Portugal na época.

Depois da invasão já consumada, Portugal reagiu apresentando “queixa à ONU no próprio dia 7 de dezembro, e solicitou uma reunião urgente

do Conselho de Segurança”. No dia 22 de dezembro de 1975 o Conselho se reuniu e aprovou “uma importante resolução que pede a retirada de todas as forças indonésias do território. Mas, tirando esse primeiro e fundamental passo, os sucessivos e por vezes, efêmeros governos de Lisboa dos anos seguintes quase nada fizeram” (MAGALHÃES, 2001, p. 39). A esse respeito, Ramos-Horta (1994) revela:

Entre 1976 e 1982, a missão portuguesa junto a ONU não tinha qualquer ‘input’ na elaboração dos projetos de resolução sobre Timor Leste. Todas – e saliento todas – foram elaboradas por mim e um outro líder da FRETILIN, discutidas com representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e outras delegações. A delegação portuguesa era uma observadora desinteressada, neutra. Pelo menos assim parecia dado o seu alheamento da nossa luta nos corredores da ONU. (p. 218)

A opinião pública em Portugal foi gradativamente se interessando e se engajando na luta pela independência de Timor-Leste e pressionando o governo a ser mais ativo: “[...] a solidariedade portuguesa foi importante para manter viva a questão e evitar que Portugal deixasse cair as suas responsabilidades de Potência Administrante” (MAGALHÃES, 2007, p. 507). O massacre de Santa Cruz em 12 de novembro de 1991 “suscitou um movimento de solidariedade internacional” (DURAND, 2009, p. 140), mas o público mais tocado com o acontecimento foi o português:

Em Portugal, o público que viu as imagens na televisão, além de ter ficado revoltado com a violência gratuita e desenfreada dos militares, emocionou-se vivamente quando ouviu as orações em português. Afinal Timor era muito mais próximo do que se pensava. Os telespectadores assistiam impotentes ao sofrimento injusto de irmãos abandonados há muito e já quase esquecidos. (MATTOSO, 2005, p. 170)

Como é possível perceber pelo relato acima, mais uma vez é a língua o fator de identidade entre Portugal e Timor-Leste e desempenha uma função de unidade de luta entre os dois países. “Portugal assumira finalmente um

papel claro e activo de apoio à Resistência, reclamando o cumprimento do direito à autodeterminação” depois do Massacre (MATTOSO, 2005, p. 193). Finalmente, Portugal teve um crucial papel nas negociações para a realização do Referendo em 30 de agosto de 1999, acordado entre Indonésia e Portugal em Nova Iorque, em 5 de maio do mesmo ano (GOMES, 2001, p. 32-36).

Também para a resistência diplomática o português foi utilizado como língua oficial e por isso sempre deixaram claro que planejavam que a política linguística adotada pela Fretilin em 1975 fosse reestabelecida assim que Timor-Leste conquistasse a independência. Ainda em 1992, Ramos-Horta elaborou uma proposta de paz para Timor-Leste que continha alguns pontos de concessão da resistência e algumas exigências feitas à Indonésia. Uma das exigências era “o levantamento das restrições ao ensino do português e a abertura de escolas portuguesas. Criação de um Instituto Cultural Português com financiamento da Gulbenkian, Fundação Oriente e da CE” (RAMOS-HORTA, 1994, p. 313). Nesse programa político, com a autodeterminação, Timor-Leste deveria escolher a língua portuguesa como língua oficial e nacional para não perder sua identidade lusófona. O tétum quando já estivesse devidamente desenvolvido também deveria ser elevado à língua nacional e as “outras línguas timorenses terão de ser acarinhadas e protegidas pois pertencem ao património histórico e cultural timorense” (RAMOS-HORTA, 1994, p. 318-320)

Como as resistências cultural, armada e diplomática nunca aceitaram a dominação indonésia e seu governo como legítimo, mas, pelo contrário, buscaram desempenhar um governo paralelo, conclui-se que existiam dois governos simultâneos no período da ocupação, principalmente enquanto a FRETILIN mantinha o controle sobre a maioria da população. Estes dois governos paralelos mantinham políticas linguísticas distintas e opostas. Havia duas línguas oficiais e instrucionais em Timor-Leste: a língua indonésia imposta na administração e na educação por parte da Indonésia e a língua portuguesa utilizada na administração da guerrilha e na alfabetização dos guerrilheiros e familiares. Com o tempo, a política linguística da Indonésia

se sobrepôs à da guerrilha na geração mais jovem. A partir desta realidade, deve-se compreender os conflitos geracionais posteriores, pela decisão de reintroduzir o português como língua instrucional e reconhecê-lo como oficial tal qual tinha sido na clandestinidade pela força da resistência.

3. Para encerrar

O presente artigo procurou oferecer um percurso acerca da situação da língua portuguesa em Timor-Leste, a partir dos primeiros contatos dos navegadores portugueses com a ilha do sudeste asiático no século XVI. Nesse caminho, trouxe elementos que auxiliam a caracterização do português e sua especial relação com a língua tétum durante o período colonial português para, em seguida, tratar de questões linguísticas que permearam o domínio da Indonésia, como relatado.

Cabe assinalar, ainda, que, apesar de a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas condenar a invasão da Indonésia em resolução aprovada poucos dias depois da ocupação, em 12 de dezembro de 1975, nada de efetivo foi feito. O tema das atrocidades que se sucedem em Timor-Leste voltou à tona na comunidade internacional somente em 12 de dezembro de 1991, quando dois jornalistas britânicos, Max Stahl e Steve Cox, registraram o massacre ocorrido no cemitério de Santa Cruz: com a circulação pela grande imprensa das imagens de horror vividas pelos timorenses, que causam comoção geral, os governos das grandes potências se viram forçados a condenar as atitudes da Indonésia. No entanto, ainda assim, somente em 30 de agosto de 1999, a Organização das Nações Unidas realizou um plebiscito junto à população timorense, que votou majoritariamente a favor da independência: “78,5% dos 97% de comparecimento às urnas. As milícias pró-anexação à Indonésia, inconformadas com o resultado da consulta popular, executaram timorenses, incendiaram casas, perseguiram e mataram funcionários [...] da ONU em Timor-Leste” (BRITO, 2013, p. 76). Tem início, então, o período de Administração Transitória das Nações

Unidas (UNTAET), chefiada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Melo, a fim de preparar o país para um novo momento, que ocorre a 20 de maio de 2002, já com a consagração constitucional do tétum e da língua portuguesa como línguas oficiais da nova nação independente, a República Democrática de Timor-Leste.

Referências

BOARCCAECHE, Alessandro. **A Diferença entre os Iguais**. São Paulo: Porto de Ideias Editora, 2013.

BRITO, Regina Pires de. **Língua e identidade no universo da Lusofonia. Aspectos de Timor-Leste e Moçambique**. São Paulo: Terracota, 2013.

CARVALHO, Maria José Albarran de. Panorama Linguístico de Timor. Identidade Regional, Nacional e Pessoal. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, n.º 14, pp. 65-79. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

COSTA, Luís. O Tétum, factor de identidade nacional. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, n.º 14, pp. 59-64. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

DURAND, Frederic. **História de Timor-Leste: da Pré-História à Actualidade**. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, 2009.

DURAND, Frederic. **Timor-Leste: País no Cruzamento da Ásia e do Pacífico – Um Atlas Histórico-Geográfico**. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, 2010.

FELGAS, Hélio Esteves. **Timor Português**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956.

FELGUEIRAS, João. As Raízes da Resistência. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, n.º 14, pp. 42-49. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (s.d.). **Resistência Timorense: Arquivo & Museu**. Díli: Fundação Mário Soares.

GOMES, José Júlio Pereira. *O Referendo de 30 de Agosto de 1999 em Timor Leste: O preço da Liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2001.

GUNN, Geoffrey. Língua e Cultura na construção da Identidade de Timor-Leste. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, no. 14, pp. 14-25. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

HULL, Geoffrey. Língua, Identidade e Resistência: Entrevista a Geoffrey Hull. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, no. 14, pp. 80-92. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

HULL, Geoffrey. **Timor-Leste - Identidade, Língua e Política Educacional**. Lisboa: Instituto Camões, 2003.

MAGALHÃES, António Barbedo de. (1999). **Timor-Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia**. Lisboa: Fundação Mário Soares.

MAGALHÃES, António Barbedo de. Timor-Leste: tenacidade, abnegação e inteligência política. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, no. 14, pp. 26-39. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

MAGALHÃES, António Barbedo de. **Timor-Leste: Interesses Internacionais e Actores Locais**, vol. 1,2 e 3. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

MATTOSO, José. **A Dignidade: Konis Santana e a Resistência Timorense**. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

PIRES, Paulo. A imprensa em Timor antes do 25 de Abril. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, no. 14, pp. 135-145. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

RAMOS-HORTA, José. **Timor-Leste: Amanhã em Díli**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

RAMOS-HORTA, José. Timor Leste: Tragédia no Paraíso. **Terra**. São Paulo: Editora Azul, 1997.

RUAK, Taur Matan. A Importância da Língua Portuguesa na Resistência contra a Ocupação Indonésia. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, no. 14, pp. 38-39. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

TAYLOR-LEECH, Kerry. **The Ecology of Language Planning in Timor-Leste: A study of language policy, planning and practices in identity construction**. Tese de doutoramento. Brisbane: Griffith University, 2007.

THOMAZ, Luís Filipe F.R. **Babel Loro Sa'e: O Problema Linguístico de Timor-Leste**. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

THOMAZ, Luís Filipe F.R. **País dos Belos: Achegas para a Compreensão de Timor-Leste**. Macau: Instituto Português do Oriente e Fundação Oriente, 2008.

XIMENES BELO, Carlos Filipe. A língua portuguesa em Timor-Leste. Disponível em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/a-lingua-portuguesa-em-timor-leste/1758>, 2008. Acesso em 25 março de 2023.